

O emprego da FT mecanizada no contexto da Operação São Francisco VII (Complexo da Maré, Rio de Janeiro – RJ, 2015) – Um breve estudo de emprego

Lucas Cerqueira Viana Pio*

Introdução

Durante a Operação São Francisco VII, desencadeada no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, no ano de 2015, inserida no contexto de garantia da lei e da ordem (Operação de Pacificação), foi constatado que existia um halo na execução do emprego das forças-tarefa subunidade (FT SU) naquela ocasião de combate urbano em área edificada. Essa diferença foi perceptível na junção para o emprego real entre as capacidades das viaturas mecanizadas (infantaria e cavalaria) e a manobrabilidade das tropas de infantaria a pé (motorizadas).

O pelotão de infantaria mecanizado ou cavalaria da mesma natureza é empregado, na maioria das suas ações, com duas seções de carros com duas VBTP (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal). Entretanto, devido aos fatores de decisão durante as operações naquele ambiente, os elementos de infantaria da FT Cerrado (FT Unidade) não percebiam a real necessidade do emprego de uma seção de carros, no mínimo, para compor uma FT de pequeno valor (subunidade). O ambiente urbano naquele espaço é muito restrito ao deslocamento motorizado e fazia com que a segunda viatura não ocupasse o mesmo compartimento no terreno que a primeira, impondo, assim, grandes dificuldades de comando e controle e reduzindo a segurança das frações.

Partindo desse ponto de divergências práticas no escopo do emprego do binômio carro-fuzileiro, este artigo espera abordar, de maneira simples, uma solução encontrada para a utilização das VBTP mecanizadas em conjunto com uma tropa de infantaria a pé.

Desenvolvimento

O combate contemporâneo, dentre várias características, fundamenta-se na utilização de diversas *funções de combate* para a tentativa de domínio do campo de batalha e, conseqüentemente, a imposição da projeção do poder militar naquele espaço. A parte beligerante que dominar a tecnologia mais atual e possuir o adestramento constante da tropa terá maiores possibilidades de vencer um conflito.

Nesse campo da “tecnologia *versus* homem”, a história militar registra alguns memoráveis combates com a utilização de carros blindados juntamente com soldados desembarcados para conquistarem cidades e ambientes urbanos, como, por exemplo: a batalha de Huê (Vietnã, 1968), a batalha de Grozny (Guerra da Chechênia, 1999-2000) e as batalhas em Falujah (Iraque, 2004).

Não obstante ao cenário internacional, a guerra urbana com a utilização de carros com blindagem por tropas brasileiras é uma realidade desde a Segunda Guerra Mundial, na tomada da cidade de Montese, Itália, combate que ficou caracterizado como o mais difícil e sangrento da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Para Salafia (2012), a tomada de Montese revelou aos “pracinhas” uma nova e cruel forma de guerra, a “guerra urbana” com combates dentro da cidade, envolvendo a tomada de cada casa, o que favorecia aos defensores na realização de emboscadas e armadilhas.

Nesse episódio, a FEB utilizava os veículos blindados de reconhecimento, do esquadrão de reconhecimento da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), o M.8 Greyhound.

* Cap Inf (AMAN/2009, EsAO/2020). Licenciado em História (UniCesumar/2018). Pós-Graduado em Psicopedagogia (UniCesumar/2019). Cmt Pel Fuz na Op Arcanjo III (Complexo do Alemão/2011), SCmt Cia Fuz na Op São Francisco VII (Complexo da Maré/2015). Participou da Intervenção Militar na Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018).



Figura 1 – Batalha de Montese, Itália

Fonte: http://marcosnogueira-2.blogspot.com.br/2011_02_01_archive.html. 2011. Acesso em: 22 out 2020

Um dos exemplos mais recentes de participação da tropa brasileira, tanto na utilização do binômio “carro vs fuzileiro” como no contexto de proximidade local e espacial, foi a Força de Pacificação para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no conjunto de comunidades no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, em 2015.

A operação de pacificação para o Complexo da Maré foi um acordo entre o governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério da Defesa e Ministério da Justiça, que se comprometeram a estabelecer uma operação de garantia da lei e da ordem (Op GLO) com o intuito de empregar, naquela região, os meios necessários para prestação de segurança e serviços em prol da população local. Dessa maneira, a utilização do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB) teve o objetivo de restabelecer a segurança pública na região conflagrada devido à deficiência de serviços públicos básicos, falha operacional dos órgãos de segurança pública (OSP) e ausência quase que total da participação do Estado, fatores que ocasionaram o aumento da criminalidade local e desestabilização de serviços essenciais à população. Nesse espectro, o EB esperava também empregar o combate urbano em operação de GLO.

De acordo com Brasil (2015, p. 1-3), operações de pacificação são assim caracterizadas:

Compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações

construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz.

Corroborando com Brasil (2015), Brasil (2010) especifica da seguinte forma o combate urbano em ambiente de GLO:

- a. As operações de repressão às ações ilegais das F Adv em áreas urbanas desenvolvem-se segundo uma escala de intensidade crescente, que vai desde as ações de pequenos grupos (Elm de PE, por exemplo), em cumprimento a mandado de busca e apreensão emitido pelo Poder Judiciário, até operações de grande envergadura, com tropas de valor brigada, em apoio à decretação do estado de sítio, quando são adotadas medidas repressivas.
- b. A perfeita identificação da gradação da operação permitirá a adequada dosagem de meios para reprimir as ações ilegais das F Adv, que se homiziam no núcleo urbano de uma comunidade densamente concentrada. (p. 6-2)

Para a Operação São Francisco (nome dado à missão no Complexo da Maré pelas Forças Armadas), foram utilizadas tropas de diversas naturezas. No que concerne à função de combate *manobra*, tópico do artigo, foram empregadas tropas de infantaria motorizada, blindada e mecanizada e tropas de cavalaria mecanizada e blindada.

Desde o início da Operação São Francisco VII (sétimo contingente) e, especificamente, da FT Cerrado (FT U), devido a muitos aspectos táticos e operacionais que envolveram desde a proteção dos militares ao emprego do princípio de guerra da massa, resolveu-se que todas as ações de patrulhamento ostensivo na área de operações (A Op) da FT Cerrado seriam realizadas com a combinação “carro-fuzileiro”. Tal combinação seria ideal se não esbarrasse nas peculiaridades de adestramento tanto do emprego do carro e o ambiente operacional (urbano) como da tropa com o carro e vice-versa.

Na época da operação, não havia no Exército Brasileiro manual¹ ou outro documento homologado específico que estabelecesse o preparo e o emprego de FT mecanizada, em área edificada, inserida em operação de garantia da lei e da ordem. A falta de doutrina própria foi compensada com as traduções de manuais americanos, alemães e franceses e com artigos de militares que realizaram cursos no exterior e/ou participaram de operações similares (pode-se citar a Missão das

Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, Operação Arcanjo – Complexo do Alemão – RJ e Operação Abafa – Morro da Providência – RJ).

Durante a formação das forças-tarefa² nível SU da Operação São Francisco VII, a composição das FT foi de dois pelotões de infantaria motorizada e um pelotão mecanizado, sendo o mecanizado um pelotão de cavalaria com VBTP (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal) EE-11 – Urutu ou um pelotão de infantaria com a VBTP-MR Guarani. Por causa dessa diversidade técnica das tropas envolvidas, surgiram certos embates de ordem de adestramento e ideias de empregos táticos diferentes. Basicamente, a cavalaria emprega seções de viatura em sua composição mínima, ou seja, em um pelotão constituído por quatro carros. Há duas seções com dois carros cada uma, e os seus blindados, por questão de segurança da seção, são inseparáveis taticamente. A infantaria, por sua vez, não especificou essa forma de utilizar seus carros³ nas operações urbanas, ou seja, cada carro poderia atuar individualmente, desde que houvesse uma proteção para ele a cargo de uma tropa desembarcada, ainda que não orgânica do pelotão mecanizado. Considerou-se, para esse tipo de emprego com um único carro, as peculiaridades as peculiaridades do TO (teatro de operações), com uma grande quantidade de ruas, vielas, becos, travessas e entradas em um curto espaço físico e com grande concentração de habitações desordenadas e a ausência de armas anticarro por parte dos agentes perturbadores da ordem pública (APOP).

Para que as operações surtisses os efeitos desejados e estabelecidos pela Força de Pacificação, foram necessários alguns ajustes e a quebra de paradigmas de adestramento de uma guerra regular. Como já citado, a não existência de manuais homologados, que poderiam normatizar a utilização do “carro-fuzileiro” em combate urbano em operações de GLO, permitiu que o pelotão mecanizado da cavalaria também se dividisse em quatro, fazendo com que cada carro pudesse atuar individualmente (apoiado, no mínimo, por um grupo de combate fuzileiro a pé, próximo ao carro).

Definido como o carro poderia ser empregado, chegou-se à ponta da linha: sincronizar o emprego do blindado com os fuzileiros a pé em um ambiente de visão tridimensional (largura, profundidade e altura), como a favela, com muitas esquinas, ruas apertadas, becos,

vielas, vias com obstáculos, fios de telefone e alta-tensão em baixíssimas alturas.

Após conjunturas teóricas, como fazer o militar a pé realizar a proteção do carro e a sua proteção e vice-versa? Somente com a prática.



Figura 2 – Patrulhamento ostensivo da FT Cerrado, Complexo da Maré – RJ, 2015

Fonte: O autor

Para aquele entendimento, foi ministrada, pelo esquadrão de cavalaria mecanizado da Força de Pacificação (F Pac) Planalto⁴, uma instrução para os comandantes de companhia e de pelotão da infantaria e da cavalaria para planificar o conhecimento, ajustar o emprego do combinado “carro-fuzileiro”, realizar trocas de experiências dos problemas que já estavam ocorrendo nas operações quanto ao emprego das FT SU e chegar às possíveis soluções, tanto para a infantaria quanto para a cavalaria. A instrução foi de grande valia e assim se chegou a um equilíbrio quanto à utilização do combinado “carro-fuzileiro”. Algumas dúvidas importantes foram levantadas e acertadas nessa reunião:

a) O carro faria a proteção da via perpendicular à direção de deslocamento da tropa para a passagem dos militares ou a tropa faria a proteção das vias para a passagem dos blindados?

b) Qual fração seria a responsável pela segurança principal das lajes e pontos altos das localidades? A tropa ou a guarnição que estava embarcada no blindado?

c) Em qual momento a guarnição do carro desembarcaria? Ao receber tiros? Para assumir a vanguarda da progressão “ponto a ponto” e ganhar velocidade para a tropa que está a retaguarda? Ou para realizar a segurança do carro quando parado?

d) O blindado pode parar durante o seu deslocamento? E se a tropa recebesse tiros e ficasse detida?

e) Qual a melhor maneabilidade para o blindado? Por progressão contínua ou sucessiva?

Essas e muitas outras perguntas foram analisadas taticamente para se chegar a um consenso para a operação, especificamente São Francisco VII – FT Cerrado – Força de Pacificação Planalto.

Após a instrução, passou-se para a fase de orientar e treinar os militares subordinados de cada SU sobre como se daria o seu trabalho individual ao lado de veículos que pesam cerca de onze toneladas (VBTP Guarani e Urutu). Para isso, cada SU focou nos pontos mais importantes da palestra para fazer a “engrenagem girar”. Eram eles:

– Uma vez que não havia informação de ocorrência de armas anticarro na A Op, os blindados não precisavam de proteção de vanguarda dos fuzileiros desembarcados para abordarem uma via em “T” (um beco, uma viela, uma travessa ou uma rua), ou seja, o carro poderia ser o primeiro elemento a abordar o cruzamento e realizar a proteção da tropa a pé para atravessar a via, fazendo com que a guarnição da viatura fizesse a proteção desses militares, que ganhavam, assim, a segurança proporcionada pelo blindado e, conseqüentemente, mais rapidez para chegarem ao outro lado da via;

– Como citado anteriormente, diferentemente de um campo de batalha em uma guerra regular (com largura e profundidade como dimensões principais), o ambiente urbano, especificamente as comunidades cariocas, é um espaço tridimensional, onde o alcance visual se perde em profundidade, largura e altura, sendo essa última dimensão extremamente difícil de se limitar para a segurança individual e da tropa como um todo. Dessa maneira, acordou-se que a guarnição embarcada realizaria a força principal de segurança para as lajes das casas e edificações, desonerando a tropa a pé, apesar de todos continuarem com essa incumbência da segurança para cima;

– Foi acordado, também, que o grupo de combate do carro somente desembarcaria caso necessitasse de aumentar o poder de fogo da fração a pé, proteger o carro e fazer a vanguarda da fração apoiada. Desse modo, ficou definido que, excluindo os casos anteriormente citados, a infantaria motorizada desembarcada faria a sua progressão comumente e o grupo do carro continuaria embarcado;

– Durante a Operação São Francisco VII, foi muito comum a tropa ser alvejada a tiros ao entrar em uma via

que estava ocupada por APOP armados. Logicamente, a primeira ação que o comandante da fração realizava era procurar um local seguro para a proteção dos seus militares, seguida do esclarecimento da situação (o que levava alguns minutos para reajustar o dispositivo da sua fração no terreno) e descobrir de onde os tiros estavam sendo disparados. Com a utilização dos blindados, no entanto, e sabendo que os carros não podem parar a sua progressão, sob pena de se tornarem alvos fáceis, apesar da sua proteção blindada, a progressão do combinado “carro-fuzileiro” não deveria ser detida por somente um ou dois APOP armados.

Priorizou-se, nesse momento, a “progressão ponto a ponto” e o conseqüente aumento da segurança do carro e da tropa, surgindo assim o efeito dissuasório da FT e a imposição do fogo e movimento em ampla escala. Durante a realização do emprego “carro-soldado”, portanto, não se deve deter uma FT durante um engajamento por tiros, e sim esclarecer a situação e continuar a progressão com o aumento da segurança e engajamento pelo fogo seletivo;

– Durante a maneabilidade do blindado, foram utilizados dois tipos de progressões distintas: a sucessiva e a contínua. A sucessiva se caracteriza por lanços e paradas entre uma via perpendicular e outra, dentro daquele mesmo eixo de progressão, ou seja: o blindado passa por um cruzamento em “T” (entrada de vias) e para antes de abordar o outro, fazendo com que a tropa a pé avance sempre ao lado do blindado, priorizando a proteção deste. Esse deslocamento tem como conseqüência a diminuição da velocidade da progressão da FT, porém aumenta a proteção da fração.


Em contrapartida, a progressão contínua se caracteriza por não parar o carro na entrada das vias perpendiculares e sempre abordar essa via antes do fuzileiro a pé. Sendo assim, a tropa desembarcada geralmente se encontra posicionada na região do meio para a retaguarda do blindado. Dessa forma, a progressão da FT ganha em velocidade, contudo perde em segurança. Vale salientar que, de acordo com os fatores de decisão – missão, inimigo, terreno, condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis, conforme Brasil (2017, p. 2-20) –, o comandante da FT, do pelotão ou do grupo de combate a que o blindado estiver subordinado priorizará um ou outro tipo de progressão.

Realizados os principais ajustes de emprego, a tropa conseguiu, paulatinamente, “afinar” a sua relação com o blindado, seja ele o Urutu ou o Guarani, de forma que a simbiose era quase imperceptível de distinguir se os fuzileiros a pé faziam parte do pelotão mecanizado ou não.

Conclusão

Sabe-se que, no combate moderno, há diversas mudanças de paradigmas já estabelecidos pela doutrina militar, que exige dos comandantes em diversos níveis o entusiasmo e a inovação tática no campo de batalha. A falha no adestramento, sobretudo quando empregados novos recursos tecnológicos, não é deficiência dos soldados ou dos comandantes das pequenas frações. Talvez uma falha nos bancos escolares em nível tático, o que demanda uma revisão e modernização dos atuais manuais e a criação de outros para tratar de assuntos tão dinâmicos. A estruturação de uma doutrina e

uma abertura maior para experimentações e emprego tático, como ocorreu na Operação São Francisco VII, tornam-se necessárias para o adestramento e o cumprimento de diversas missões de combate em que o EB é colocado à prova de forma recorrente.

Não obstante a criação de uma literatura específica sobre esse assunto tão atual (FT mecanizada em operações de combate urbano), cresce de importância o adestramento “infantaria *vs* cavalaria” ou “motorizados *vs* mecanizados (blindados)” nas escolas de formação e nos corpos de tropa, juntamente com instruções básicas para amenizar as diferenças entre o binômio “carro-fuzileiro”. Ademais, a superação dos entraves de ordem tática já citados – o combinado proteção blindada e a tropa desembarcada – decidiu e garantiu a proteção e a segurança das peças de manobra, elevando o nível de emprego das frações da Operação São Francisco VII, levando-a a conquistar, assim, o objetivo final. 

Referências

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 17-20 – Força Tarefa Blindada**. 3. ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **C 85-1 – Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. 2. ed. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.217 – Operações de Pacificação**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB70-MC-10.223 – Operações**. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

SALAFIA, Anderson Luiz. **FEB – Do início ao fim** – Uma história esquecida de brasileiros que lutaram na Itália. Jan 2012. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/armamento/feb-do-inicio-ao-fim/>>. Acesso em: 23 out 2020.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. **Blindados – 95 anos de história**. Dez 2016. Disponível em: <<https://silo.tips/download/blindados-95-anos-de-historia>>. Acesso em: 23 out 2020.

Notas

- ¹ Em 2015, a base doutrinária básica para o preparo e emprego para tropas de infantaria e a formação de FT em GLO era composta pelo manual C 7-20 (Batalhões de Infantaria), C17-20 (Forças-Tarefas Blindadas) e manuais estrangeiros.
- ² Combinação de tropas de naturezas diferentes para ganho de ação de choque, mobilidade, flexibilidade, potência de fogo, proteção blindada e melhoramento no estabelecimento das comunicações, de acordo com o manual C 17-20 – Forças-Tarefas Blindadas (2002), p. 1-3.
- ³ A infantaria mecanizada do EB foi estabelecida no ano de 2010, sendo assim muito recente o seu emprego, e testadas, ainda nos dias atuais, as suas bases doutrinárias.
- ⁴ F Pac Planalto foi composta por militares e organizações militares do Comando Militar do Planalto.